



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

TERMO DE CONTRATO 080/2018

**CONTRATO Nº 080/2018, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
CONCEIÇÃO DO CASTELO E PAULO
PEREIRA.**

Processo nº 2.430/2018

LOCADOR: PAULO PEREIRA, inscrito no **CPF sob o nº 282.534.777-91** e **RG sob o nº 172.250 SSP/ES**.

LOCATÁRIO: O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. José Grilo, nº 426, Centro, Conceição do Castelo, ES, inscrito no CNPJ sob o nº **27.165.570/0001-98**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida José Grillo, nº 348, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no CNPJ-MF sob o nº **15.003.550/0001-31**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **CHRISTIANO SPADETTO**, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida José Grilo, nº 794, Centro, Conceição do Castelo, ES, CEP 29.370-000, inscrito no **CPF sob o nº 003.755.567-70** e no **RG sob o nº 961.351 SPTC/ES** e o Secretário Municipal do Fundo Municipal de Assistência Social neste ato representado pelo Sr. **HUMBERTO ANTONIO DA ROCHA**, brasileiro, união estável, residente e domiciliado na Rua Rafaela Bernabé Pizzol, s/n, Bairro Nicolau de Vargas e Silva, Conceição do Castelo, ES, Cep.: 29.370.000, portador do **CPF sob o nº 000.957.127-20** e **RG sob o nº 27.984.452-9 SSP/ES**.

Os acima qualificados, de comum acordo, resolvem ajustar este Contrato de Locação, autorizado pela **LEI MUNICIPAL Nº 2.004/2018**, nos termos do Art. 24, Inciso "X" da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento, a **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA QUE SE INICIA NA RUA DAS HORTENCIAS, CENTRO, CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES, PARA O FUNCIONAMENTO DE 01 (UM) "ABRIGO", NA MODALIDADE "CASA LAR"**, que visa atender aos encaminhamentos relacionados ao acolhimento provisório de crianças e adolescentes que se encontram momentaneamente desamparados em virtude de diversas circunstâncias,



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

compreendendo uma casa de alvenaria composta de um conjunto de cozinha, salas, banheiro, quartos, forro e cobertura de telha, uma área de recreação ao lado e muros ao redor, em boa conservação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO ALUGUEL E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor global da presente Locação é de **R\$ 6.906,54 (seis mil, novecentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos)**, devendo ser pago mensalmente o valor de **R\$ 800,00 (oitocentos reais)**, referente ao período de **12/04/2018 a 31/12/2018**.

O valor devido para o período de **12/04/2018 A 30/04/2018**, perfaz o valor de **R\$ 506,54 (quinhentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos)** e para o período de **01/05/2018 A 31/12/2018** perfaz um valor de **R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)**, devendo ser pago pontualmente até o 5º dia útil de cada mês subsequente ao vencido, devendo ser corrigido anualmente pelo IGP-M acumulado no ano anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de locação do imóvel será a partir da data de assinatura do Contrato em **06 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, retroagindo seus efeitos a **12/04/2018** e podendo ser prorrogado conforme § Único do Art. 3º da **LEI MUNICIPAL Nº 2.004/2018**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – São obrigações do Locador:

- a) As obras que importem à segurança do imóvel ou as benfeitorias necessárias e úteis;

II - São obrigações do Locatário:

- a) Salvo as obras que importem à segurança do imóvel ou as benfeitorias necessárias e úteis, obriga-se por pequenas benfeitorias necessárias ao objeto do contrato, devendo trazer o imóvel locado em perfeito estado de conservação e funcionamento, até o fim deste contrato;
- b) Efetuar o pagamento do aluguel mensal até o 5º dia útil seguinte ao vencido diretamente na conta do locatário: **Agência do Sicoob nº 3010 e Conta Corrente nº 60.048-2**;
- c) Efetuar o pagamento das tarifas referentes ao fornecimento de serviços públicos de energia elétrica, que se destinem ao funcionamento da “CASA LAR”.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

- d) Não transferir, sublocar, ceder ou emprestar total ou parcialmente o imóvel, objeto do presente contrato, sem prévio consentimento do locador;
- e) Não é permitido fazer modificações no imóvel, que impliquem mudança permanente no mesmo, sem autorização expressa do locador.

CLÁUSULA QUINTA – DA FINALIDADE

O imóvel, objeto da locação, destina-se exclusivamente ao funcionamento 01 (um) **“ABRIGO”**, na **MODALIDADE “CASA LAR”**, não podendo ser mudada a sua destinação sem o expresse consentimento do Locador.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

14004 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

33903600000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;

Fonte de Recurso – 1000 (Próprio);

Ficha – 062.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal número 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do artigo 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro desta comarca de Conceição do Castelo- ES, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem, as partes contratadas, justas e acordadas, assinam o presente contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor, destinando-se uma via para cada uma das partes.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

Conceição do Castelo, ES, 06 de julho de 2018.

**CHRISTIANO SPADETTO
PREFEITO
CONTRATADA**

**HUMBERTO ANTONIO DA ROCHA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
ASSISNTECIA SOCIAL
CONTRATANTE**

**PAULO PEREIRA
CPF: 282.534.777-91
(Locador)**

TESTEMUNHA:

_____ CPF _____

_____ CPF _____



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

Ato de Designação – Fiscal de Contratos

DADOS DO CONTRATO

PROCESSO Nº	2430	DATA	12/04/2018	CONTRATO	101/2018
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO			CNPJ	27.165.570/0001-98
VALOR DO CONTRATO	R\$ 6.906,54		VIGÊNCIA	12/04/2018 a 31/12/2018	
CONTRATADO	PAULO PEREIRA				
OBJETO	LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA QUE SE INICIA NA RUA DAS HORTENCIAS, CENTRO, CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES, PARA O FUNCIONAMENTO DE 01 (UM) “ABRIGO”, NA MODALIDADE “CASA LAR”,				

Designação de Fiscal de Contrato

Dispõe sobre a designação de Fiscal para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Conceição do Castelo, no uso das atribuições conferidas no art. 71 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Designar a servidora **ROSELENE LARRIEU DE MELLO ZOBOLI**, Matrícula nº 030, lotada na Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, como fiscal do Termo do Contrato nº 0101/2018, que representará a secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas no Decreto nº 2.376 e 2.453/2014, devendo ainda:

I - Armazenar em pasta eletrônica cópia do termo contratual e todos os seus aditivos, apostilamento e planilha de custos e formação de preços atualizada, se existentes, juntamente com outros documentos capazes de dirimir dúvidas, a respeito do cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, e que o auxilie no acompanhamento da execução dos serviços contratados.

II - Acompanhar "*in loco*" a execução do objeto do contrato, apontando as faltas cometidas pelo contratado e, se for o caso, promover os registros.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

III - Elaborar registro próprio e individualizado em que conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.

IV - Determinar a correção e readequação das faltas cometidas pelo contratado e informar ao gestor do contrato quando as medidas corretivas ultrapassarem sua competência.

V - Manter contato com o preposto ou representante da Contratada, durante toda a execução do contrato, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas.

VI - Esclarecer as dúvidas do preposto ou representante da Contratada, direcionando-as, quando for o caso, ao gestor do contrato ao qual o Fiscal está vinculado.

VII - Controlar todos os materiais necessários à perfeita execução do objeto contratado no tocante à qualidade e quantidade.

VIII - Exigir que a Contratada mantenha, permanentemente, o bom estado de limpeza, organização e conservação nos locais onde serão executados os serviços.

IX - Proibir a execução, por parte dos funcionários da Contratada, de serviços diferentes do objeto do contrato, tais como: comercialização de produtos, prestação de serviços, dentre outros.

X - Proibir, nos locais onde serão executados os serviços, a permanência de materiais, equipamentos e pessoas estranhas ao objeto do contrato.

XI - Acompanhar os prazos de execução e de entrega de material (observar forma e local determinados no contrato).

XII - Solicitar aos responsáveis em cada localidade relatório de acompanhamento dos serviços contratados, quando o contrato contemplar a execução de serviços em diversas localidades.

XIII - Anotar no "Formulário Acompanhamento da Execução dos Serviços Contratados", **Anexo D do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, em especial as que repercutem na qualidade do objeto e que acarretam retenção no pagamento.

XIV - Nos contratos de prestação de serviços, solicitar à Contratada, mediante notificação formal e devidamente motivada, por meio do "Formulário Substituição de Funcionário" (**Anexo E do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**), a substituição, de acordo com os prazos determinados, de qualquer funcionário com comportamento julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do Município. Poderá, por iguais motivos, ser solicitada também a substituição do preposto.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

XV - Buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução dos serviços e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: greve de pessoal, não pagamento de obrigações com funcionários, dentre outros.

XVI - Não atestar a Nota Fiscal enquanto não for cumprida a total execução, entrega ou correção dos bens ou serviços.

XVII - Verificar se os serviços foram subcontratados, sendo permitida a subcontratação parcial do objeto (nunca total) mediante previsão contratual.

XVIII - Caso a execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no contrato, avaliar a necessidade de readequação deste, mediante termo aditivo. Caso a readequação seja necessária, encaminhar ao gestor do contrato, documento apontando as alterações necessárias acompanhado das justificativas pertinentes.

XIX - Nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo de níveis de serviço ou a readequação contratual não for necessária, realizar as glosas mediante o "Formulário de Glosa" (**Anexo F do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**), de acordo com os percentuais determinados.

XX - Comunicar por escrito ao gestor do contrato a ocorrência de danos causados pela Contratada ao Município ou a terceiros durante toda a execução do contrato, mediante preenchimento do "Formulário Solicitação de Esclarecimentos e Providências" (**Anexo G do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**).

XXI - Atestar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, que a Contratada cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.

XXII – Preencher o "Formulário de Solicitação de Pagamento" (**Anexo H do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**) e providenciar a autuação do processo ou encaminhar ao setor responsável. Para os contratos de prestação de serviços continuados, abrir um processo de pagamento para cada mês.

XXIII - Conferir a documentação apresentada para pagamento, utilizando o "Formulário *CheckList*" (**Anexo I do Decreto nº 2.376 e 2.453/2014**), a fim de verificar se há alguma divergência com relação ao serviço prestado, erro ou rasura, adotando as medidas necessárias para a solução da pendência detectada, antes de atestá-la e encaminhá-la para pagamento.

XXIV – Verificar se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas, o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido, se existem elementos que justifiquem o desconto do valor da Nota Fiscal/Fatura, se foi observado o que dispõe o contrato nos casos de instalação ou teste de funcionamento e se a Nota Fiscal tem validade e está completamente preenchida.

XXXV - Procedidas as verificações, o fiscal deverá atestar se a prestação do serviço ou o recebimento dos bens está de acordo com o contrato.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES

Conceição do Castelo, ES, 06 de julho de 2018.

CHRISTIANO SPADETTO
Ordenador de Despesas

Eu, **ROSELENE LARRIEU DE MELLO ZOBOLI**, declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

Assinatura do Fiscal



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES